

Sellars, o mito do dado e a constituição do conhecimento empírico

(Sellars, the Myth of the Given and the constitution of empirical knowledge)

Alessio Gava¹

¹Universidade Estadual do Paraná – campus Apucarana

alessiogava@yahoo.it

Abstract. *How does empirical knowledge arise? According to the empiricist tradition, it is 'caused', mechanically, through observation, by the interaction between the subject and physical reality. Despite not rejecting completely the empiricist view, Wilfrid Sellars criticizes what he calls 'the Myth of the Given', a form of foundationalist epistemology based on the idea that sense data, that we obtain via sensible experience, constitute the foundation of empirical knowledge. The argument Sellars put forward against this idea and (his) Kantian alternative to the empiricist approach are presented in this paper.*

Keywords. *Wilfrid Sellars; empirical knowledge; Myth of the Given; observational sentences; Kant.*

Resumo. *Como se forma o conhecimento empírico? Segundo a tradição empirista, esse seria 'causado', de um modo mecânico, pela interação entre o sujeito e a realidade física, através da observação. Apesar de não rejeitar completamente o empirismo, Wilfrid Sellars critica aquilo que chama de 'o Mito do Dado', uma forma de epistemologia fundacionalista baseada na ideia segundo a qual os dados sensoriais que obtemos através da experiência sensível constituiriam o fundamento de nosso conhecimento empírico. Serão aqui apresentados o argumento que Sellars utiliza para derrubar essa ideia e a (sua) alternativa kantiana à abordagem empirista.*

Palavras-chave. *Wilfrid Sellars; conhecimento empírico; Mito do Dado; sentenças observacionais; Kant.*

Um traço característico da tradição empirista é a ideia segundo a qual o conhecimento (empírico) encontraria seu fundamento no impacto da realidade física sobre o aparato conceitual humano, de uma maneira causal, como se os seres humanos

fossem completamente passivos e permeáveis a ela – nos limites próprios de nossa aparelhagem sensorial.

Das impressões lockeanas às *Protokolsaetzen* dos neopositivistas do séc. XX, uma ideia que parece perpassar as várias formas de empirismo é que os seres humanos – no nível da interação com o mundo – não se comportam diferentemente de um cachorro que late quando alguém toca a campainha da casa em que ele mora ou do aparelho que, quando apertamos o botão, nos fala “Bem-vindos ao Extra Belvedere”.

As chamadas ‘sentenças observacionais’ estariam, como descreveu Willard Van Orman Quine, em uma extremidade de uma cadeia causal; na outra extremidade da mesma estaria o objeto (ou o fenômeno) da percepção. Não há espaço para escolha ou responsabilidade por parte do sujeito (cf. Quine 1993).

Não há diferença, então, entre os membros da comunidade epistêmica e animais não-linguísticos, bebês e máquinas? Seguindo uma abordagem causal na análise do conhecimento empírico, parece que não. Mas conceber as sentenças observacionais como simples resposta (efeito) a um estímulo externo (causa) sobre o aparato sensorial, comporta mais de uma dificuldade, como Sellars e outros evidenciaram.

Em “Sensibility and Understanding” (1992), Wilfrid Sellars sustenta que a afirmação de Kant segundo a qual as intuiçõesⁱ estão em relação imediata com um objeto, deve ser interpretada segundo o modelo do demonstrativo ‘este’, e não achando que as intuições são geradas pelo impacto das coisas-em-si sobre nossa receptividade. Uma intuição, em outras palavras, não seria ‘causada’ pelo seu ‘objeto’. Ou, pelo menos, não de maneira tão ‘mecânica’.

Por quê? A principal tese contra a ‘vertente causal’, que ele apresenta no artigo, é que tal descrição não dá conta do fato de que uma impressão tem atributos e está em relação com outras impressões, que são a contraparte de atributos e relações de objetos e eventos físicos. Da mesma forma em que a representação conceitual de um complexo (de coisas) é um complexo de representações conceituais, como disse Wittgenstein. Assim, por exemplo, uma impressão de um quadrado verde contíguo a um quadrado vermelho, é constituída por uma impressão de um quadrado verde que se encontra em relação com uma impressão de um quadrado vermelho. Mas essa relação não pode ser a

relação de contiguidade, nem qualquer tipo de relação espacial. Estados mentais não podem ser verdes, vermelhos, quadrados, contíguos, nem espaciais de forma alguma.

Melhor seria dizer, portanto, segundo a tese de Sellars, que as impressões não são simplesmente ‘causadas’ pela realidade física, e sim que elas constituem uma rede complexa ‘que corresponde’ à realidade física, como faz um mapa.

Richard Rorty, em “A Filosofia e o Espelho da Natureza” ([1979] 1988), insiste que a abordagem empirista do conhecimento só pode fornecer explicações para as crenças, e não justificações. Segundo ele, uma das teses principais que Sellars expõe em “Empiricism and the Philosophy of Mind” é que a capacidade para responder aos estímulos é uma condição causal para o conhecimento, mas não um fundamento para ele (cf. p. 148). Para justificar uma crença, é necessário situar-se no espaço lógico das razões,ⁱⁱ da justificação e da capacidade para justificarmos aquilo que dizemos. Assim, as descrições empiristas da base não-proposicional do conhecimento proposicional, estão inevitavelmente mal orientadas.

De fato, no cap. 8, Sellars afirma que uma sentença observacional, para expressar conhecimento, deve ter *autoridade*. Para tanto, deve ser possível, para alguém, “inferir a presença de um objeto verde a partir do fato que alguém faz esse relato” (1997, 74, tradução nossa). Ora, se esse fosse o único requisito, então poderia-se atribuir conhecimento empírico até a um detector de metais. Mas há uma segunda, decisiva, exigência: a autoridade do relato deve ser reconhecida pelo autor do mesmo. Isso, obviamente, não pode acontecer sem que o sujeito seja equipado de *know-how*. Particularmente, diz Sellars, isso pressupõe que ele conheça fatos gerais do tipo “X é um sintoma fiável de Y”. A consequência é o abandono da tradicional ideia empirista segundo a qual o conhecimento (empírico) se sustenta por si só.

De fato, essa sugestão seria um anátema para os empiristas tradicionais, pela óbvia razão de o fato de o conhecimento empírico pressupor conhecimento de fatos gerais do tipo ‘X é um sintoma fiável de Y’ ir contra a ideia segundo a qual nós chegamos ao conhecimento de fatos gerais desse tipo somente depois da observação de um certo número de fatos particulares que suportam a hipótese segundo a qual X é um sintoma de Y (Sellars 1997, 74, tradução nossa).

Mas se até para atribuir conhecimento empírico a alguém, esse sujeito deve situar-se no espaço lógico das razões e ser capaz de fornecer justificações pelas suas crenças, um óbvio corolário é que o conhecimento observacional não é anterior, nem logicamente, nem cronologicamente, ao conhecimento de fatos da forma “X é um sintoma fiável de Y”. Aliás, parece que um pressupõe o outro.

Isso nos leva a um regresso ao infinito? Segundo Sellars não. A afirmação de Manuel “Este é um pastel de Belém”, expressa conhecimento observacional se e somente se Manuel sabe *agora* que afirmações desse tipo são indicadores fiáveis da presença de um pastel de Belém, em condições padrão de percepção. Se isso requer que ele *agora* seja capaz de fornecer razões para tal crença, por exemplo citando episódios do passado como evidência, não significa, porém, que, ao tempo do episódio citado, ele *naquela ocasião soubesse* que estava em presença de um pastel de Belém. Dessa forma, o regresso desaparece.

Ademais, parece até haver espaço, assim, para considerarmos bebês como ‘potenciais’ membros da comunidade epistêmica, que podem futuramente ‘se dar conta’ de algo que perceberam quando eram demasiado pequenos para entender. Se isso for correto, não haveria necessidade de ‘corrigir’ Sellars, como Rorty quer fazer, para que se possa atribuir conhecimento a crianças pequenas, por quanto de uma forma especial.

Com isso, Sellars considera ter derrubado a epistemologia fundacionalista e o ‘Mito do Dado’, concebido como estrutura de uma particular matéria de fato, que não pressupõe nenhum outro conhecimento e que representaria o tribunal último para qualquer sentença factual.

Como se constitui, então, o conhecimento empírico, uma vez rejeitada a sugestão segundo a qual ele encontra fundamento nas *impressões* (dados sensoriais não-conceituais) que a realidade física produz sobre o aparato sensorial humano?

No séc. XVIII, a alternativa que Kant propôs à abordagem empirista foi a tese segundo a qual o conhecimento empírico resulta de uma sinergia entre sensibilidade e entendimento. Segundo o filósofo alemão, o conhecimento se baseia, de um lado, na capacidade de receber representações, e do outro, na capacidade de conhecer um objeto através dessas representações. Intuições e conceitos constituem, desse modo, os elementos fundamentais de todo nosso conhecimento. Não obstante a radical diferença

entre os dois, Kant acha que eles poderiam “derivar de uma raiz comum, embora desconhecida para nós” (Sellars 1992, 2, tradução nossa).

De fato, como nos explica Sellars, a dicotomia *intuição/conceito* não corresponde a uma distinção entre representações não-conceituais e representações conceituais. Com efeito, as intuições têm duas faces, podem ser conceituais. Se assim não fosse, deveria-se admitir a descrição empirista, mas como se explicaria então a passagem do plano não-conceitual ao plano conceitual?

Uma vez que Sellars rejeita o empirismo, porém, a questão é saber como as intuições podem ser conceituais. A resposta é que Kant, com o termo *conceito*, se refere a conceitos gerais. Assim, em um sentido mais amplo, mas legítimo, a *intuição* pode ser conceitual: é uma representação conceitual de um individual, não mediada por conceitos gerais. Ela se encontra em relação imediata com um objeto, e já vimos como Sellars interpreta esse fato, e constitui o produto da *imaginação produtiva*, que para Kant é o terreno de encontro entre receptividade e espontaneidade. Ele diz que “a mesma função que dá unidade às várias representações em um juízo” é aquela “que dá unidade à mera síntese das várias representações em uma intuição” (Sellars 1992, 4, tradução nossa). Na teorização de Sellars, em outras palavras, a imaginação produtiva é a razão funcionando de uma maneira especial (não consciente).

Deixando de lado a ambiguidade gerada ao utilizar o termo *intuição* seja para representações que são o produto da atividade sintetizante da imaginação produtiva, seja para representações puramente passivas da receptividade, que constituem o ‘material bruto’ que a imaginação produtiva utiliza,ⁱⁱⁱ podemos dizer que as representações do segundo tipo têm a característica de não representar nada de complexo. A receptividade nos fornece uma pluralidade de representações, que Kant – seguindo a tradição – chama de *impressões*, mas não uma representação da pluralidade. As intuições do primeiro tipo, que são representações da pluralidade, constituem uma classe especial de representações do entendimento. Pertencem, assim, à espontaneidade e a receptividade delas tem a ver com o intelecto e com uma pluralidade de representações ‘brutas’.

Essas últimas, as impressões sensíveis, são *postuladas*, mais do que ‘descobertas’, por Kant. Elas derivam da ideia – comum ao empirismo – de que o conhecimento humano se baseia no impacto com uma realidade independente. Mas nós, afirma o filósofo alemão, não temos acesso direto a elas.

Ora, o caráter conceitual das intuições afasta sem dúvida a posição kantiana daquela empirista, que ele criticou. Por outro lado, o caráter não-conceitual dessas permite evitar cair no idealismo. Mas a mesma intuição não detem, ao mesmo tempo, caráter conceitual e caráter não-conceitual. Há intuições conceituais e intuições não-conceituais. Será que a ambiguidade, denunciada por Sellars, não é uma jogada de Kant para responder aos empiristas afirmando que as intuições são conceituais e aos idealistas dizendo que as intuições são não-conceituais?

Trata-se de uma provocação, obviamente, à qual respondemos que denominar *intuições* tanto umas quanto outras, é completamente justificado pelo fato de elas serem inseparáveis e, como se não bastasse, pelo fato de nós não termos acesso a elas. Os juízos, produto ‘ativo’ do entendimento, se formam de maneira consciente; nós temos, obviamente, acesso a eles e ao processo de formação. Mas as intuições conceituais são o produto ‘inconsciente’, passivo, da mesma função do entendimento. Nós não temos acesso a elas, nem ao processo através do qual se formam. Segundo a postulação kantiana, as intuições conceituais sintetizam dados sensoriais brutos, radicalmente não-conceituais: as impressões sensíveis. Mas não há umas sem as outras: tentar separá-las seria como tentar separar a forma e a matéria de um objeto, ou seja, é impossível.

Utilizar nomes diferentes para umas e para outras poderia criar uma ambiguidade maior e deixar em alguns a impressão de que se trata de coisas separadas (ou separáveis). Assim, os empiristas triunfariam com facilidade. Ou os idealistas: trataria-se somente de decidir se os elementos últimos, constitutivos, do conhecimento, são os dados sensoriais não-conceituais ou as intuições conceituais.

ⁱ As intuições não conceituais, ou impressões, podem aqui ser assimiladas a relatos observacionais, que, como Sellars afirma no cap. 8 de “Empiricism and the Philosophy of Mind” (cf. 1997, 72), não necessitam de ser expressas verbalmente.

ⁱⁱ Como afirma John Mc Dowell, o espaço lógico das razões, de Sellars, corresponde ao reino da liberdade de Kant: o reino da liberdade de julgar.

ⁱⁱⁱ Sellars afirma que Kant não parece totalmente consciente do nível de ambiguidade disso.

Bibliografia

MC DOWELL, John. Sellars on Perceptual Experience. *The Journal of Philosophy*, New York, v. 95, n. 9, p. 431-450, sep. 1998.

QUINE, Willard V.O. In praise of observation sentences. *The Journal of Philosophy*, New York, v. 90, n. 3, p. 107-116, mar. 1993.

RORTY, Richard. *A Filosofia e o Espelho da Natureza*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

SELLARS, Wilfrid. *Science and Metaphysics: Variations on Kantian Themes*. Atascadero, CA: Ridgeview Publishing Co., 1992.

_____. *Empiricism and the Philosophy of Mind*; with an introduction by Richard Rorty, and a study guide by Robert Brandom. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1997.

Recebido em 17/06/2016

Aprovado em 14/10/2016